



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MUSEUS DE ARQUEOLOGIA: O PATRIMÔNIO CULTURAL AO ALCANCE DA SOCIEDADE

Natacha Bueno Medeiros¹

Resumo:

Este artigo tem por objetivo discutir alguns conceitos relacionados à educação museológica no Brasil, analisar a trajetória de consolidação dos museus de arqueologia no Brasil e a relação existente entre museu e escola, apresentando a Educação Patrimonial como metodologia apropriada para a ação educativa em museus. As atividades museológicas tiveram um grande desenvolvimento nas últimas décadas, onde novas técnicas de conservação, restauração e identificação de peças e documentos são incorporadas a novas tecnologias que possibilitam o surgimento de novas propostas museográficas e acessibilidade ao público em geral e também os com necessidades especiais. Também o público vem tornando-se mais amplo e exigente quanto à forma e ao conteúdo da exposição. Em muitos locais, as visitas a museus tornaram-se atividades rotineiras de educação, de lazer e de reflexões acadêmicas.

Palavras-chave: educação patrimonial; museus; patrimônio arqueológico.

Introdução

Fenômenos como a globalização, novas propostas museológicas e novas tecnologias de informação condicionam não apenas uma relação com o presente, mas também vínculos com o nosso passado. Essas modificações na sociedade fizeram com que as pessoas não mais enxergassem o patrimônio como algo distante, alheio e velho. Essas impressões foram contrastadas com o empenho das comunidades em preservar e usar aquilo que consideravam seu patrimônio seja ele um bem cultural (material ou imaterial). Sendo assim, parte-se do pressuposto de que existam valores comuns.

... aquilo que é determinado como patrimônio é o excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a nacionalidade. Criam-se

¹ Aluna do Curso de História da UFMS, bolsista de Iniciação Científica CNPQ- PIBIC/UFMS 2008/09.



serviços de proteção ao patrimônio, como museus, formando uma administração patrimonial. (FUNARI; PELEGRINI, 2006 p.20).

Não há como separar o museu dos temas da memória, da identidade e da diversidade cultural. Os museus modernos têm uma tradição de aproximadamente 500 anos, coincidindo com a ascensão do Humanismo, na Europa. Desde o surgimento dos gabinetes de curiosidades até as instituições da atualidade, o museu qualquer que seja sua disciplina (arte, ciência, história, arqueologia, antropologia, etc) é composto por coleções que ele se serve para completar, guardar, analisar e expor que deve ser aberto aos visitantes.

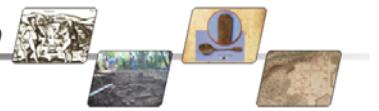
Há dois séculos atrás o público mais freqüente nos museus era de pessoas com um alto nível de instrução, a maioria pertencente à classes sociais elevadas. Devido a progressos do nível de vida e da educação, o número de membros escolares e da classe média aumentaram excepcionalmente e passaram a fazer parte do cotidiano museológico.

Os museus de ciência estão presentes há mais de três séculos na sociedade e vem acompanhando essas modificações nessa concepção da acessibilidade pública, antes vistos como meros mausoléus de coisas velhas, depósitos de patrimônios mortos, hoje são considerados locais de aprendizagem e divertimento.

Devido a um novo cenário sociocultural que surgiu nas últimas décadas, a noção de patrimônio pode ser interpretada de maneira mais maleável, não mais como um sistema homogêneo de representações culturais dotado de uma missão “civilizadora”, mas sim como um conjunto de bens culturais que supõe a variedade e a multiplicidade de significados.

Uma das conseqüências da musealização é a diversificação das visões sobre a história, que tornam mais complexas as relações entre a sociedade e seu passado. Como representação do passado e modo de socialização, a memória coopera para a organização do nosso modo de interpretar o mundo. Por isso, a noção de musealização é essencial para o entendimento da atual sociedade e das transformações históricas que a produziram.

Trajatória dos museus de arqueologia no Brasil

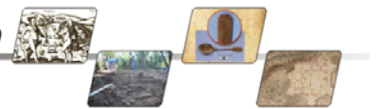


A arqueologia encarada como instrumento de promoção cultural e de educação pública, seus achados são ativamente difundidos em obras de divulgação científica através de exposições em museus. Parte da tarefa da arqueologia é enriquecer a compreensão das origens e da história... (TRIGGER, 2004 p. 201)

A primeira instituição brasileira ligada à história natural foi o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1818, juntamente com o museu Emílio Goeldi, no Pará em 1866 e o Museu Paulista em 1890. Esses são exemplos de instituições consolidadas no século XIX ligadas às ciências naturais, no que se refere à implantação de estruturas institucionais que contaram com investigações arqueológicas ou guardaram coleções pré-coloniais, contextualizando esses acervos na esfera da história natural.

Devido à passagem do século XIX para o XX, um novo ponto de vista gerado pelas inovações que ocorriam no mundo, a sociedade viu-se forçada a criar e acentuar processos de modernização, o que gerou uma esperança a respeito da ciência e da tecnologia, visto que, acreditava-se que a ciência era o melhor instrumento para “civilizar” a humanidade. No transcorrer das três primeiras décadas do século XX, os pontos de vista educacional e científico tiveram diferentes impactos nos museus, levando-os a uma reconfiguração. Do lado científico, a especialização de áreas do conhecimento provocou o aparecimento de novos espaços de pesquisa, deslocando essa função dos museus para outros lugares. No que se refere ao aspecto educacional, acirrou-se seu papel pedagógico de colaboração com o ensino formal, instalando-se na instituição o atributo da escolarização.

No que tange às coleções arqueológicas, os museus brasileiros, iniciaram o século com coleções derivadas de coletas assistemáticas, como locais de ensino e produção científica. Houve um início da trajetória institucional ligada à musealização arqueológica brasileira, mesmo que não sendo visualizada com a devida importância, já que, os vestígios arqueológicos não eram contemplados. Em 1930 apesar de projetos museológicos importantes terem sido implantados no



país, a mesma visão de não musealização e desvalorização de vestígios arqueológicos manteve-se nesse período.

Apenas com o olhar de pesquisadores estrangeiros a partir de 1950, que as contribuições para o desenvolvimento de pesquisas e capacitação na área da arqueologia tiveram um aumento, o que possibilitou um aumento na implantação de laboratórios e núcleos de arqueologia, deste modo houve um acréscimo no número de publicações acadêmicas, mas, não houve interesses em criar instituições museológicas ligadas à área.

Foi a necessidade ligada às questões de preservação de sítios arqueológicos juntamente com elaboração de leis para auxiliar esta, que este cenário foi alterado de fato e assim o alavancamento para o processo de musealização. Com essa conscientização de preservação arqueológica, instituições foram criadas com a intenção em priorizar nossos passados pré-coloniais e ainda houve a promulgação da LEI nº. 3.924, de 26 de julho de 1961, durante o governo do presidente Jânio Quadros, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Essas são características inerentes à origem da historicidade da pesquisa arqueológica brasileira que podem demonstrar características para o desenvolvimento dos processos de musealização.

Houve resultados positivos no que se refere à pesquisa e formação universitária entre as décadas de 1960 e 1990, quando universidades de todo o país ampliaram este cenário ligado às pesquisas e processos museológicos em relação à arqueologia: iniciativas ligadas às questões históricas e ambientais, revitalizações de centros, núcleos de estudos e museus, criação de projetos educacionais, pedagógicos, entre outros.

Esse quadro é resultado de um processo que teve início na década de 1960 no contexto internacional, quando uma intensa discussão apontou uma mudança da prática e do papel social dos museus. No bojo desse movimento, os museus de ciência e tecnologia tiveram atuação importante. Seus propósitos iam além da preservação de artefatos marcantes para a história da ciência e da investigação sobre eles; concentravam-se em torno da difusão de princípios científicos e tecnológicos, a fim de induzir os jovens às carreiras pertinentes a essas áreas. A cultura ocidental passa por um processo de crítica e revitalização



de seus padrões culturais, visto que, o mundo estava em um contexto de crítica à cultura tradicional, surgem lutas pelos direitos civis na Europa, nos Estados Unidos entre outros locais com outros movimentos sociais o que gera uma nova necessidade de se repensar as noções de “cultura” e “memória”, novos conceitos de museus e patrimônios mais abrangentes estendendo-se pelas décadas seguintes.

O propósito principal de um museu é de salvaguardar e preservar o patrimônio como um todo. Os museus realizam estudos científicos necessários à compreensão e o estabelecimento do significado e da posse desse patrimônio. Neste sentido, os museus colaboram para gerar uma ética global baseada na prática da conservação, proteção e difusão dos valores do patrimônio cultural. A missão educacional de um museu, seja ele de qualquer natureza, é tão importante quanto sua missão científica.

(<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/museus/Museus?searchterm=museu>)

A primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural foi adotada pela conferência geral da UNESCO em 1972. A partir do reconhecimento da importância da diversidade, a grande novidade consistiu em considerar que os sítios declarados como patrimônio da humanidade pertenciam a todos os povos do mundo. Segundo essa convenção, subscrita por mais de 150 países, o patrimônio da humanidade compõe-se de:

- Monumentos: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas;
- Conjuntos: grupos de construções;
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico;
- Monumentos naturais: formações físicas e biológicas;
- Formações geológicas ou fisiográficas: *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção;
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural.



Em Mato Grosso do Sul, a LEI Nº 3.522 de 30 de Maio de 2008 dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado.

O Ministério da Cultura, a partir da coordenadoria do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ampliam a finalidade da legislação de preservação e fiscalizam os patrimônios, além de investirem no desenvolvimento de musealização. Esta ampliação no panorama da musealização arqueológica tem corroborado de forma expressiva a capacitação de profissionais, estudantes e as propostas educacionais.

Além de ações que estimulam os reflexos dos estudos arqueológicos, projetos no âmbito ambiental, regidos por uma legislação preservacionista o que possibilita ações de educação patrimonial que gera um avanço no que tange à musealização da arqueologia; propostas de revitalização e criação de museus têm surgido a partir dessas ações.

A ampliação da musealização de arqueologia tem colaborado para o desenvolvimento sociocultural, revitalizando centros históricos de identidades pretéritas que estão em grande desenvolvimento no Brasil e interagindo com instituições universitárias, ligadas ao poder público, sendo municipais, estaduais ou federais.

Vários tipos de museus, especialmente os de arqueologia, têm realizado projetos pedagógicos com a finalidade de tornar conhecido por todos, o profissional arqueólogo seus métodos e suas pesquisas, embora ainda essa preocupação ocupe papel secundário nas questões sobre cultura brasileira.

Educação em Museus

Todos os museus oferecem oportunidades para aprendizagem e entretenimento. A educação é uma das funções centrais dos museus. O gerenciamento eficaz das atividades educativas em museus poderá aumentar e aprimorar essas oportunidades. (Educação em Museus – Museums and Galleries Comissiin, p. 17)



A definição clássica de museu formulada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM, na sigla em inglês)² continua recente. No entanto, é possível perceber uma reelaboração no modo de como se constituem a instituição e como se aproveitam e sentem seus espaços.

Esses espaços devem se adaptar a novas propostas de experiências no percurso de uma exposição, atraindo a atenção e proporcionando alternativas de experimentação nesse cenário. O museu deve estar apto para receber um público variado e com interesses variados. A comunicação da mensagem poderá ocorrer pela interação entre muitos cenários e recursos oferecidos pelo museu.

A reflexão sobre como as pessoas aprendem no museu e como os museus ensinam associada aos estudos psicoeducativos sobre os processos cognitivos trouxe aos museus e especialmente às exposições a preocupação de preparar exposições sob a ótica do público. Procura-se oferecer ao público oportunidade para um comportamento ativo cognitivo (intelectual e emotivo), interagindo com a exposição. Em síntese, procura-se a interação entre mensagem expositiva e o visitante, para que a exposição permita uma experiência de apropriação de conhecimento. (CURY, 2005 p. 38)

Nota-se que as funções simples de aquisição, conservação, pesquisa, informação e divulgação são elevadas a um grau mais amplo de complexidade ao se deslocar o foco do acervo para o público. O papel central de um museu para Heloisa Barbuy (1989, p. 36) é:

...aumentar a capacidade de uma coletividade de projetar seu próprio futuro e de ser sujeito ativo- e não passivo- de sua própria história, a partir da consciência que passa ter de si mesma” visto que, “ a ação cultural exercida pelos museus e por outras instituições culturais tem importante papel na relação que o

² Em seu site, assim o ICOM define: “Um museu é uma instituição se, fins lucrativos a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público que adquire, conserva, pesquisa, comunica e divulga, para propósitos de estudos, educação e entretenimento, evidencia material de um povo e seu ambiente” (ver em <http://icom.museum/definition.html>)



homem desenvolve com usa realidade” (Idem, p. 40) mesmo que “(...) o objeto de trabalho é o tempo presente, em toda sua fugacidade, em toda sua natureza de passado em potencial”. (Idem, p.36)

Nos últimos anos, conceitos como integração e globalização permeiam uma série de mudanças sociais, nas quais a interface ciência-política-educação está profundamente implicada.

Foi a partir do século XIX que a missão educativa em museus foi se ampliando e no Brasil, a ação educativa em museus sofreu influências das idéias do escolanovismo, propostas pedagógicas difundidas a partir de 1920, que ao mesmo que determinariam a modernização dos museus, definiram-lhe o perfil de agente empenhado no complemento do ensino escolar. A partir do entendimento de que o museu cumpre a dupla função de pesquisa e divulgação.

Em 1930 a articulação contraditória entre pesquisa científica e educação, que marcou o cenário dos museus, acompanhando o crescimento da diversidade científica e educacional no Brasil, começou cada vez mais a destacar a educação com uma das principais funções dos museus.

Os museus desenvolveram principalmente a partir da segunda metade do século XX, mecanismos de aproximação com a sociedade, convertendo-se em locais de interpretação e de novas leituras do mundo. Mais tarde são as propostas da educação permanente, disseminadas pela UNESCO na década de 60, que vão tratar dos museus propondo que estes desenvolvam ações complementares ao ensino formal.

A idéia de visita ao museu como complemento de assuntos aplicados em sala de aula, permanecem até o presente, porém, a visita ao museu pode ultrapassar a complementaridade da escola; os museus podem gerar curiosidades e questionamentos por parte do aluno, extrapolando as limitações impostas do conteúdo escolar.

A parceria entre museu e escola é atualmente considerada fundamental para a existência, ou mesmo sobrevivência dos museus, uma vez que garante alto índice de visitação e público cativo para o futuro. Essa parceria entre museu e escola é na atualidade analisada como fundamental para a existência, e até



mesmo a sobrevivência dos museus, uma vez que garante um elevado número de visitação e público cativo para o futuro. Programas especiais e a criação de núcleos educativos tomaram lugar relevante nos museus em geral. Existem inúmeras teorias, metodologias e publicações específicas sobre o tema que possibilita discutir melhorias.

A educação em museus visa a preservação do patrimônio natural e cultural através da participação crítica da população.

A necessidade da implantação de áreas educacionais nos museus, que desenvolvam atividades regulares e contínuas e contem com profissionais especializados, tem-se tornado crescente, em âmbito mundial, nas últimas décadas, e no Brasil nos últimos anos. É um reflexo da consciência de que um caminho para os museus enfrentarem os desafios da vida contemporânea consiste no estabelecimento de novas relações com os públicos, na perspectiva de constituição de uma cidadania consciente. Todos os museus oferecem oportunidades para aprendizagem e entretenimento. A educação é uma das funções centrais dos museus. Os tipos de programações educacionais a ser implantadas vão depender do tamanho dos museus, do tipo de acervo e dos públicos potenciais, dos recursos financeiros, do quadro de pessoal. Cada museu deve procurar maximizar a função educacional de seus acervos e atividades. O museu têm potencial para oferecer oportunidades educacionais para todas as idades, formações, classes sociais e etnias. (Museums e galleries commission. Museologia. Roteiros Práticos. Educação em museus 3. edusp.)

O professor pode transladar para o contexto da escola algumas das práticas educativas de museus, de forma que o educador utilize conceitos, procedimentos e vivências lá ocorridas para complementar ou aperfeiçoar sua prática escolar e cotidiana com os alunos.

A educação patrimonial que resulta de um conjunto de ações metodológicas, que tem por objetivo promover o conhecimento sobre os bens



culturais, interagindo com o público de forma a propiciar atitudes preservacionistas e percepção cultural.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p.6)

O patrimônio arqueológico, por ser testemunha do passado, torna-se fonte de conhecimento e, portanto, valiosa herança cultural. A tarefa da educação patrimonial se refere a transmitir ao indivíduo a consciência do patrimônio cultural e essa consciência implica na consciência do patrimônio cultural.

Descobrir essa rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização, é a tarefa específica da Educação Patrimonial (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p.9)

Até um tempo atrás, as pesquisas arqueológicas eram divulgadas quase sempre no meio científico, através de artigos publicados em revistas científicas ou em livros, ou ainda de por apresentações em simpósios, seminários e congressos. Atualmente essas divulgações no que tange as pesquisas arqueológicas, começam a chegar a todos por intermédio do processo de educação patrimonial.

Há muito por fazer, mas podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos



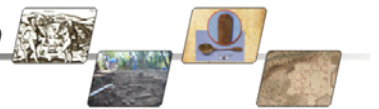
e arqueológicos orientados por especialistas. A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país. (FUNARI; PELEGRINI, 2006 p. 55)

O objetivo geral da educação patrimonial é promover o conhecimento, a apropriação e a valorização do patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico, entre outros com a população. Embora essa conscientização da necessidade da educação patrimonial para com a população seja para o público alvo escolar ou leigo, tenha tido um avanço nos últimos tempos, ainda há muito a ser feito nessa relação entre museus e escolas. O número de alunos atingidos por estes programas ainda é insuficiente se pensarmos no quesito quantitativo. Isto é facilmente constatado se considerarmos a relação proporcional entre a população escolar que frequenta museus por iniciativa das parcerias e o universo escolar como um todo. A percentagem é mínima, em decorrência dos motivos de ordem prática.

No entanto, para que o trabalho na escola seja realmente significativo e promova aprendizagem com base nas abordagens para a educação em museus, é indispensável que o professor tenha vivenciado situações semelhantes em museus; é imprescindível que o professor seja frequentador de museus, que ele faça cursos e esteja a par das novidades. Outra questão que dificulta a abrangência da educação patrimonial no Brasil é a “cultura brasileira”, não apenas as legislações específicas e o problema relacionado a verbas, ou ausência delas, mas sim da consciência histórica que consente o ato de valorizar, preservar a nossa cultura e memória social.

Bibliografia

BARBUY, Heloisa. **Museus e geração de cultura**. In: Cadernos Museológicos, 2. Rio de Janeiro: MINC/SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA, 1989. p. 36-40.



BRUNO, Cristina. **Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema.** *Cadernos de Sociomuseologia*, n.17. Lisboa: Universidade de Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação.** São Paulo: Annablume, 2005.

Educação em Museus- Museums and Galleries Comission. Tradução Maria Luiza Pacheco Fernandes. Série museologia: vol.3. Instituições Depositárias: Bibliotecas do SIBI- USP. São Paulo: Edusp/ Fundação Vitae, 2001. 26 p.

FUNARI , Pedro Paulo; Pelegrini, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Lições das Coisas: enigma e o desafio da Educação Patrimonial.** In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, 2005.

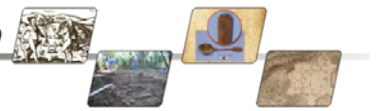
LIMA, Janice Shirley Souza. **Educação Patrimonial : na área do Projeto Serra do Sossego Canaã dos Carajás (PA):** MPEG/CVRD-MSS/FIDESIA, 2003.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX.** São Paulo, Hucitec.1997.

TRIGGER, Bruce G. **A História do Pensamento Arqueológico.** Ed. Odysseus, 2004.

<http://icom.museum/definition.html> (acessado em 29 de Abril de 2009)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924.htm (acessado em 26 de Abril de 2009)



<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/museus/Museus?searchterm=museu> (acessado em 26 de Abril de 2009)